

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM DEZASSETE DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE

-----Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas dezanove horas, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1. Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e respetiva Avaliação, bem como Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao Ano de 2014;-----

-----2. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2015;-----

-----3. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão ao Orçamento do ano de 2015;-----

-----4. Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para verificação das Contas Municipais do Ano de 2015;-----

-----5. Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos - Encargos Plurianuais de Garantias Bancárias – prazo 5 anos;-----

-----6. Indicação de Representante para o Conselho da Comunidade do ACES;-----

-----7. Autorização para Abertura de Procedimentos Concursais para efeito de Recrutamento e Seleção de Pessoal tendo em vista o provimento de 26 lugares de assistentes operacionais/educação;-----

-----8. Regulamento de Alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós;-----

-----9. Regulamento Municipal de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada;-----

-----10. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do ano de 2014 (artº 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio);-----

-----11. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: António Manuel de Sousa Pires (PSD- Falta Justificada); Fábio Ferreira dos Santos (PS – Falta Justificada); Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP – Falta Justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rui Fernando Correia Marto, Rita Cerejo, António José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se a Chefe de Divisão Neuza Morins e as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de declarar abertos os trabalhos da presente sessão, disse que iria dar a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro, José Gomes dos Santos, para que este pudesse dar algumas explicações no âmbito da Semana Cultural da Freguesia que se realizará entre os dias 30 de abril e 3 de maio, tendo o seu início no dia 25 de abril próximo.-----

-----Continuou depois dizendo que, também no dia 25 de abril a Assembleia Municipal de Porto de Mós, em colaboração com a Câmara Municipal, irá proceder às Comemorações dos 41 anos do 25 de Abril, com a realização de vários eventos.-----

-----Posteriormente usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós, passando a dar conta do programa da Semana Cultural promovida por aquela entidade, convidando todos os presentes a participar.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo qualquer reparo a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----3. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

-----**4. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir. -----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que à semelhança de José Gomes dos Santos, também gostaria de divulgar um evento que terá lugar na sua freguesia no dia 26 de abril, e que se chama “*desamuar o forno*”, uma expressão antiga que significa aquecer o forno. Convidou assim todos a estarem presentes dizendo que haverá vários tipos de pão “a sair do forno”, sendo que a respetiva receita irá reverter a favor dos Bombeiros de Juncal e de Mira de Aire e que futuramente terá lugar um outro evento cuja receita reverterá a favor os Bombeiros de Porto de Mós-----

-----Continuou depois, em resposta ao que o senhor Presidente da Câmara referiu na última sessão desta Assembleia, sobre o facto de o processo relativo às pedreiras ter sido mal conduzido, dizendo que não é bem assim e que o procedimento de Serro Ventoso é igual aos das outras freguesias e que estando a pôr em causa o procedimento de Serro Ventoso, pode estar a pôr em causa todos os procedimentos do arredamento de pedreiras. Disse ainda que a sua freguesia foi alvo de uma denúncia e que foi investigada por uma entidade competente para o fazer não tido até hoje conhecimento de que algo estivesse menos correto, o que significa que o procedimento sobre o arrendamento de pedreiras em Serro Ventoso é o correto.-----

-----Disse depois que queria chamar a atenção sobre um *trail* que foi realizado na sua Freguesia e na Mendiga, dizendo ser importante que estas coisas se façam, mas que também é importante que haja bom senso e que a realização dessas provas se comuniquem aos Presidentes das Juntas de Freguesia, sendo lamentável que estes não tenham conhecimento das mesmas.-----

-----Sobre o Clube de Serro Ventoso referiu o facto de os juvenis terem ido aos Açores participar no jogo da Taça Nacional dos Juvenis lamentando o facto de os jovens terem chegado ao aeroporto de Lisboa num autocarro alugado e não num autocarro do Município.-----

-----Por ultimo, pediu que se proibisse a publicidade ilegal nos postes da eletricidade, bem como nas paredes, tanto pela poluição visual que provoca bem como pelo facto de quando caem irem para as valetas entupindo as sargetas.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Começando por cumprimentar todos os presentes disse ter visitado o Centro Escolar de Pedreiras onde ouviu algumas reclamações relacionadas com algumas mangueiras que lá se encontram no meio da relva e que provocam quedas entre os meninos. Referiu-se ainda à falta de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cobertura destinada a proteger as crianças da chuva, pedindo que se resolvam estas situações. Foi-lhe ainda dito que os caminhos rurais em Mira de Aire também não estão em bom estado. Referiu-se depois a alguns caminhos e estradas na freguesia de S. Bento, nomeadamente ao caminho do Casal de Santo António ao Codaçal, assim como à estrada que vai do Covão do Oles a Alcaria.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra, disse que queria agradecer a intervenção que foi efetuada pelo Município no caminho pedestre que se designa por Borda da Ladeira. Disse ainda que teve nota de que o Município em colaboração com o jornal Região de Leiria editou um pequeno suplemento sobre os percursos pedestres e BTT achando que a edição sai na hora certa atendendo à intervenção de que aquele caminho foi objeto.-----

-----Passou depois a referir-se ao despejo das fossas septicas, dizendo que muita gente está a dirigir-se à Junta de Freguesia porque não têm condições de se ligarem ao saneamento sendo ali aconselhadas a dirigirem-se aos serviços da Câmara de forma a ser conseguida uma solução.-----

-----Referiu-se depois às palavras de António Ferraria no que se refere à estrada que vai do Covão do Oles a Alcaria e às queixas das pessoas acerca desta estrada referindo que o senhor Presidente da Câmara respondeu de uma forma de que não gostou muito dizendo que a Câmara já estava a pagar às freguesias para a reparação dos caminhos rurais. Disse ainda que aquela não pode ser considerada um caminho rural, pois se trata de uma estrada com muita extensão, que liga duas freguesias e que não pode ser reparada com aqueles dinheiros, pois as freguesias não têm capacidade financeira para tal, nem isso foi consignado nos acordos de execução.-----

-----**Telma Cristina Rodrigues da Cruz (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes passou a dizer que, como é do conhecimento de todos, quer desta Assembleia quer da Câmara Municipal, quer do Agrupamento de Escolas, o número de alunos no Agrupamento de Escolas, único no concelho, está a diminuir. Tal facto, para além de estar associado à taxa de natalidade, também se deve ao facto de muitas crianças e jovens deste concelho, não frequentarem este agrupamento, indo à procura, muitas vezes, do ensino privado. Porque esta problemática afeta não só o agrupamento mas todo o concelho, quer a nível de desenvolvimento económico, quer ao nível cultural, informa a Assembleia que o Agrupamento de Escolas já realizou várias reuniões neste âmbito e está a reunir uma série de medidas para cativar os alunos das escolas do concelho, nomeadamente a ocupação plena dos alunos, investindo em atividades de apoio ao estudo, apoio na realização de trabalhos de casa, e também ao nível desportivo e artístico, atividades essas para os ocuparem mais tempo nas escolas para assim ir de encontro às necessidades das famílias e dos próprios alunos. Existe para o próximo ano letivo uma oferta educativa rica e diversificada indo ao encontro do que é o concelho e do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o mesmo oferece em termos de saídas profissionais, e em simultâneo indo ao encontro dos alunos, pois foi com o contributo de cada um que surgem as novas ofertas do agrupamento. A aposta em dois cursos profissionais novos – curso profissional técnico de restauração, variante restaurante/bar e o curso técnico de eletrónica, automação e computadores - que para além dos que já existem, foi o resultado de um trabalho conjunto entre a direção e os serviços de psicologia e orientação do agrupamento, o conselho pedagógico e os próprios alunos. No primeiro ciclo, apesar de alguns entraves, não se cruzaram os braços e com os apoios que foram solicitadas a algumas juntas de freguesia do concelho, será oferecida a todos os alunos do 3º ano, a disciplina de iniciação à programação. Referiu-se depois a um artigo publicado no jornal *O Expresso* que refere que, segundo os dados da Comissão Europeia, em 2020, a União Europeia precisará de cerca de 900 mil trabalhadores na área das TIC. Tem que se ir ao encontro das novas realidades e citando a Carta Educativa do Concelho, “ *o desenvolvimento de um determinado território, está cada vez mais relacionado com a qualidade da formação e da educação que é dada à sua população*”. Em termos de segurança, também foram implementadas algumas medidas, quer em termos físicos, quer no estabelecimento de parcerias com várias instituições, nomeadamente Segurança Social, Escola Segura, CPCJ e Ministério Público. Ainda assim, consideram-se insuficientes estas medidas, e porque todos juntos se pode fazer mais e melhor, uma vez que existem condições que se podem oferecer e que não dependem apenas de uma entidade, propôs a esta Assembleia que apresente sugestões para cativar os alunos para o concelho. Disse depois que pode dar um pequeno exemplo que poderá ser uma grande medida: uma proposta de alteração ao Regulamento dos Transportes pode fazer uma grande diferença. Atualmente, os alunos do ensino secundário que utilizam transportes, apenas são comparticipados em 50%. Uma vez que estes alunos já se encontram dentro da escolaridade obrigatória, pois agora ela é até aos dezoito anos, a comparticipação destes alunos poderia passar a 100% como acontece com os restantes ciclos de ensino. Um incentivo de cariz monetário, que de certo irá fazer as famílias ponderarem na tomada de decisão. Por ultimo, gostaria de saber se a Câmara Municipal já tem estratégias e medidas para combater esta problemática uma vez que o ano letivo está a terminar estando em preparação o novo ano e urge divulgar as medidas a implementar.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que apenas queria chamar a atenção dos presentes, para a falta de respeito e para o vandalismo que ultimamente se tem verificado junto ao campo sintético nas instalações desportivas, havendo uma falta de vigilância que as entidades responsáveis deviam assumir, nomeadamente com uma chamada de atenção para a GNR. Referiu depois que não existe sinalização indicando onde se localizam as piscinas municipais. Disse ainda da necessidade da colocação de um limitador de velocidade na estrada paralela à Ricel, na Quinta da Mirinha dado o excesso de velocidade que os condutores ali praticam.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que gostaria de chamar a atenção para o facto de a convocatória para esta sessão não ter chegado aos membros desta assembleia no prazo que é previsto no Regimento desta Assembleia, pedindo que se tentem cumprir os prazos.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal justificou a situação dizendo que o envio dos documentos estavam dependentes da realização de uma reunião de Câmara, razão pela qual houve algum atraso no seu envio.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra disse querer dar os parabéns à Câmara e ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de se ter lembrado de fazer o casamento entre o 25 de Abril e também as comemorações dos Forais de D. Dinis e de D. Manuel. Aconselhou depois a Câmara a colocar algumas placas indicativas na zona do castelo de Porto de Mós, com a indicação do geomonumento que ali se encontra encostado aos seus muros. Criticou ainda o facto de não haver uma placa indicativa da força que foi classificada pelo Instituto da Conservação da Natureza.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que queria pedir ao executivo, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, uma vez que está em discussão pública o PDM, que lhe desse uma panorâmica do que presidiu em termos de objetivos e de estratégia para o desenvolvimento do concelho para os próximos dez anos, porque sendo o PDM o principal instrumento de desenvolvimento de qualquer concelho, certamente, quando foi elaborado, deve ter seguido alguma estratégia.-----

-----Outra questão que disse querer introduzir, tem a ver com a questão do geo parque, porque no final do último mandato, sendo ele ainda vereador, foi aprovado numa reunião de câmara um ajuste direto de sete mil e tal euros de trabalhos a realizar no âmbito do geo parque. Tendo passado mais de um ano, disse que nunca mais ouviu falar em tal projeto que considera de importância relevante para o concelho, passando a perguntar qual o ponto de situação.-----

-----Por fim, disse, que hoje foi um dia difícil, sendo uma das razões o facto de um grande amigo com quem privou de muito perto, Carlos Vieira, que foi funcionário da Câmara Municipal de Porto de Mós, ter falecido ontem, tendo hoje sido o seu funeral. Referiu ainda que ouviu na rádio que faleceu também hoje Mariano Gago, que foi ministro de António Guterres e de José Sócrates. Disse ainda que se trata do homem que mais ano foi ministro e que muita da evolução que a ciência sofreu nos últimos vinte anos em Portugal, se deve a Mariano Gago. Assim pediu à Assembleia Municipal que em nome da memória de Mariano Gago e de Carlos Vieira se guardasse um minuto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de silêncio.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para responder aos anteriores intervenientes, começando por cumprimentar todos os presentes.-----

-----Relativamente à intervenção de **José Gomes dos Santos**, disse que este não tem que agradecer a cedência do espaço para a realização da Semana Cultural da Freguesia pois esse é um espaço no qual são bem-vindas todas as iniciativas que o valorizem. A **Carlos Cordeiro** disse relativamente à problemática das pedreiras, que o que aqui referiu na última sessão quanto ao aluguer do espaço onde se prevê que haja nova extração de pedra, as reclamações não são suas mas sim dos exploradores que estão na zona da freguesia da qual é Presidente da Junta. Quanto à denúncia que referiu, disse desconhecer tal facto. No que se refere à autorização para a realização de eventos, disse que quando estes são autorizados, procura dar sempre conhecimento à Junta de Freguesia em cujo território o mesmo se realizará. Se de facto desta vez isso não aconteceu terá sido por lapso. No que se refere ao transporte em autocarro da Câmara, disse que este é frequentemente disponibilizado para o transporte de grupos associativos participantes em atividades culturais e recreativas do concelho, nomeadamente ranchos folclóricos, grupos corais e outros, tais como alguns desportistas que vão para fora do concelho. Referiu depois que neste momento, o município está com graves problemas no que diz respeito a falta de motoristas de autocarros. Disse depois que os autocarros da Câmara estão ao serviço das entidades culturais e recreativas do concelho, sempre que é possível. Quanto à questão da publicidade, disse que tocou num assunto que pessoalmente o aflige bastante, dizendo que todas as semanas a autarquia recolhe uma carrinha cheia de papéis e plásticos que estão espalhados pelo concelho.-----

-----A **António Ferraria** disse que sobre as questões que este levantou acerca do Centro Escolar das Pedreiras, reuniu com a Comissão de Pais, tendo sido discutida a falta de cobertura do parque infantil e estando a ser pensada a possibilidade de colocação de uma cobertura semelhante à que se encontra no parque infantil do Parque Verde. Quanto à questão da relva, disse que faz sentido que num centro escolar daquele nível haja um espaço verde, sendo que as mangueiras que lá existem são da rega da relva. Quanto à situação dos caminhos rurais, disse que estes, nos termos da lei, são da competência das Juntas de Freguesia, sendo que a Câmara transfere dinheiro para as Juntas de Freguesia para esse efeito bem como o próprio Orçamento de Estado. A **Filipe Batista** disse que este tinha referido um bom exemplo da colaboração da Câmara Municipal, com a intervenção feita no caminho da Borda da Ladeira. Continuando a responder a António Ferraria disse que a estrada da Pia Carneira vai ser pavimentada. A Filipe Batista disse ainda, acerca da questão colocada sobre o despejo das fossas, que está a ser preparado um regulamento, que já esteve em discussão pública, não tendo havido qualquer reclamação nem sugestão, estando neste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

momento para o ERSAR – entidade reguladora da área da água e dos resíduos – para que sobre ele se pronuncie, e logo que isso aconteça irá o mesmo ser submetido a aprovação, que prevê que a Câmara possa colaborar com as pessoas com o sistema de limpa fossas mediante a cobrança de uma tarifa. Disse ainda que se está a apertar um pouco a malha, no sentido de que todas as pessoas que tenham possibilidades de se ligar à rede pública de saneamento o façam.-----

-----Respondendo a **Telma Cruz**, disse que o problema da redução de alunos é uma questão que também o preocupa enquanto Presidente de Câmara e também como cidadão e munícipe. Disse não crer que tenha a ver com uma situação socioeconómica das famílias, porque estas, colocando os seus educandos fora do concelho acabam por ter mais encargos com a sua educação. No que toca à comparticipação dos transportes, disse que esta está regulada por lei, não competindo à Câmara suportar custos com os transportes além de uma determinada idade escolar.-----

-----Respondeu depois a **António Almeida**, quanto ao vandalismo que se verifica no relvado sintético dizendo que são situações que se resolvem com educação cívica. No que se refere à limitação de velocidade na Estrada da Portela, junto à Ricel, disse que até hoje não foram colocadas lombas em lado nenhum que logo a seguir não fossem reclamadas, pelo que a questão das lombas tem de ser muito bem ponderada. Quanto ao lixo que aquele interveniente referiu, disse que se tratam de monos, e que a Valorlis tem um dia por semana para fazer essa recolha.-----

-----A **Olga Silvestre**, relativamente ao envio dos documentos, disse querer pedir desculpa a todos os membros da Assembleia Municipal, em nome da Câmara, pelo atraso que os mesmos sofreram, pedindo a sua compreensão.-----

-----A **António José Teixeira** disse que as suas sugestões são sempre bem-vindas atendendo aos seus conhecimentos académicos nestas áreas. A **Júlio Vieira** disse que o novo PDM tem objetivos estratégicos para o concelho porque sendo um instrumento de gestão territorial, compete-lhe gerir e ordenar territorialmente o concelho de Porto de Mós. Resumidamente disse que neste momento existe um PDM que está desde 1994 em vigor tendo sido detetados ao longo deste período muitos erros e tendo vindo a ser anotados os principais constrangimentos que este comportava, procurando, na elaboração do novo PDM, resolver essas situações, não obstante as dificuldades sentidas na comunicação com algumas das outras entidades envolvidas. O novo PDM visa essencialmente a consolidação dos aglomerados pré existentes, havendo a preocupação de garantir que nos espaços vazios entre casas se pudesse construir, de modo que se teve de redefinir polígonos e perímetros urbanos. Quanto à questão do geoparque, disse que efetivamente se adjudicaram alguns trabalhos conforme referiu, para definição dos geosítios, que fazem parte de uma carta geoturística. Entretanto os trabalhos pararam, porque este geoparque não seria apenas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao nível do concelho de Porto de Mós, tendo já reunido com responsáveis pelas Câmaras de Torres Novas, Alcanena e Ourém. Este projeto será bem vindo para toda esta região mas não é fácil de ultrapassar. Disse depois, referindo-se a Carlos Vieira que era um excelente funcionário desta Câmara e um excelente amigo, subscrevendo todas as referências que Júlio Vieira lhe fez.-----

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir, passando a inscrever-se Telmo Conceição e Nelson Pires.-----

-----**Telmo Conceição:**-----

-----Usando da palavra passou a referir-se ao 25 de Abril de 1974, dizendo que há 41 um grupo de pessoas válidas desta terra sonhou e apostou na criação de uma associação desportiva, estando hoje a mesma em grandes dificuldades. Disse depois tratar-se da ADP pedindo a esta Assembleia que não se deixe cair este sonho.-----

-----**Nelson Pires:**-----

-----Usando da palavra disse que vivia na Ribeira de Baixo estando ali a construir uma casa e que a estrada que lhe dá acesso, na zona da Portela, está num estado lamentável, reclamando ainda da falta da existência de saneamento.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que as notícias que lhe tem chegado acerca da ADP o preocupam, não só enquanto Presidente da Câmara mas também enquanto cidadão admirador daquela associação. Respondendo depois a Nelson Pires, referiu que conhece bem a situação e que a mesma é preocupante porque não se trata apenas de pavimentar, existindo ali alguns constrangimentos levantados por alguns confinantes que não cedem terreno para o alargamento da via.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e respetiva Avaliação, bem como Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao Ano de 2014:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que a cedeu ao senhor Vice-Presidente, tendo este passado a cumprimentar todos os presentes e a esclarecer a Assembleia acerca da matéria em apreciação, face à documentação que foi oportunamente distribuída por todos os seus membros, começando por dizer que é sempre um momento alto na vida das organizações, aquele em que se apresenta o desempenho e os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resultados ao longo de um exercício.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (JFAS) – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra:**

-----Começou por dizer que, embora não seja esta a sua área, tentou ler os números que agora o senhor Vice-Presidente apresentou. Disse depois querer fazer um pequeno apontamento e que tem a ver com o facto de as receitas terem decrescido e que nos rendimentos de propriedade pode-se destacar a segunda mais elevada receita desse tipo e que é a que provém do parque eólico Chão Falcão cifrando-se esta em um pouco mais de duzentos mil euros, valor que considera muito significativo, já não falando da derrama que daí advém nem do IMI. Disse depois que queria também ressaltar outro ponto, que tem a ver com os acordos de execução, verificando que no total das juntas de freguesia a Câmara está a despende cerca de trezentos mil euros. Disse que na altura manifestou o seu descontentamento relativamente ao valor atribuído à freguesia de Alqueidão da Serra por lhe parecer manifestamente insuficiente. Depois de quase um ano passado, verifica que as freguesias, ou a sua pelo menos, está a pagar para fazer trabalhos que seriam da competência da Câmara Municipal, ou seja, o valor que lhes é atribuído, é manifestamente pouco e um ano depois conseguem-se fazer essas contas e as exigências são muitas. Disse que gostaria de sugerir, passado um ano, reuniões das Juntas de Freguesia com o Município de forma a fazer-se uma avaliação daquilo que foi feito, e se possível reverem-se algumas situações, pois neste momento a sua freguesia tem de recorrer a outras parcas receitas para executar aquilo que foi acordado com o município.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Começou por elogiar o documento apresentado pelo senhor Vice-Presidente. Referindo-se às modificações orçamentais ocorridas classificou-as de cirúrgicas, no sentido de não desequilibrarem as finanças municipais de Porto de Mós, ponto que considerou positivo. Por outro lado, apesar dos ventos contrários da administração central, a Câmara Municipal de Porto de Mós, durante o triénio 2012/2014, teve uma taxa de execução acima dos 90%, o que considera muito bom. Por outro lado ainda, é de louvar o esforço que neste triénio a Câmara fez para a poupança, notando-se uma evolução constante e consolidada ao longo do tempo. No que respeita às despesas que a Câmara tem feito com a educação, é de sublinhar o esforço substancial que foi feito nessa área. Quanto ao problema das várias tipologias da dívida de 2012 a 2014 também se verificou que esta decresceu estrutural e consolidadamente. Assim e em conclusão, esta Câmara está perfeitamente à vontade para, em caso de necessidade, negociar com qualquer entidade bancária quaisquer empréstimos a juros muito favoráveis.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Começou por salientar que as contas se encontram muito bem apresentadas, de forma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

clara, não havendo qualquer dúvida em relação aos números. Disse ainda verificar que o grau de execução melhorou em relação aos últimos três anos. Disse ainda ter verificado que a conta de clientes de cobrança duvidosa aumentou significativamente mas por outro lado foi constituída uma provisão sobre a totalidade do valor que amortizou. No que se refere à dívida, esta está devidamente controlada, mas disse não poder concordar com o senhor Vice-Presidente, dado que no relatório apresenta uma dívida de quatro milhões cento e trinta e um mil euros e no balanço, apresenta uma dívida de quatro milhões novecentos e quarenta e seis mil euros e diz que estes oitocentos e quinze mil euros de diferença, dizem respeito ao fundo de apoio municipal que teve de ser contabilizado em 2014 e que tem que ser pago em 2015. Disse ainda que o senhor Vice-Presidente afirmou no final da sua intervenção que existem investimentos financeiros de oitocentos e quinze mil euros, pelo que, se estes existem, têm de ser liquidados. Continuou dizendo que o nível de endividamento lhe agrada, permitindo à Câmara a negociação com qualquer entidade bancária, conforme afirmou António José Teixeira.-----

-----Referiu ainda que deveria ter sido constituída uma provisão afeta aos processos judiciais em curso mesmo que fosse parcial, ainda que a Câmara esteja convicta de que não terá que pagar o que lhe é pedido pelos autores dos ditos processos. -----

-----O senhor Vice Presidente passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo a Filipe Batista relativamente ao parque eólico Chão Falcão, que ainda bem que o mesmo está a pagar derrama neste concelho, o que só passou a acontecer com a entrada em funções deste executivo. No que respeita aos acordos de execução assinados com as Juntas de Freguesia disse que porventura a verba despendida não será suficiente para fazer tudo idealmente, mas sim para fazer o que foi acordado e que foi devidamente quantificado como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra bem sabe. Quanto à revisão dos acordos de execução, disse que isso consta do próprio acordo mas também lá consta que as juntas de freguesia têm de enviar para a Câmara um relatório dos serviços realizados o que ainda não aconteceu.-----

-----Agradeceu depois o conjunto de considerações feitas por **António José Teixeira**, dizendo que elas vão para o senhor Presidente da Câmara e para o executivo que ele lidera.-----

-----A **Luís Almeida** disse que o valor de oitocentos e trinta mil euros que este referiu é uma obrigação da Câmara de constituir o FAM, que está expressa nas contas mas que se difere no tempo, concretamente em sete anos, ocorrendo a aplicação ano após ano e cifrando-se em cerca de cento e dezassete mil euros/ano. Teceu ainda alguns comentários às referências elogiosas que este interveniente fez ao documento apresentado.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e respetiva Avaliação, bem como Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao Ano de 2014 - posto a votação, sendo o mesmo **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções e 20 (vinte) votos a favor.**--

-----O senhor Presidente da Câmara pediu depois a palavra para partilhar a sua satisfação pelos resultados alcançados pelo executivo, dizendo poder sentir-se orgulhoso do concelho em que vive, com a saúde financeiro que aqui se demonstrou, resultado da contribuição de todos, sem exceção. Disse depois querer reconhecer publicamente o trabalho que o senhor Vice Presidente tem vindo a desenvolver nesta área em prol do Município de Porto de Mós.-----

-----**2. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2015 e 3. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão ao Orçamento do ano de 2015;**-----

-----Atendendo à interligação que estes dois assuntos têm, o senhor Presidente da Assembleia propôs que os mesmos fossem discutidos conjuntamente.-----

-----O senhor Vice Presidente passou a dar algumas explicações sobre os assuntos em causa fazendo menção a algumas obras novas que constam dos documentos, nomeadamente a requalificação e ampliação do quartel da GNR de Porto de Mós. Referiu-se ainda à aquisição de um terreno que não estava previsto em Plano de Atividades e que está a nascente do Cemitério Velho e que tem a ver com a requalificação do topo do mesmo e simultaneamente possibilitar que o acesso ao castelo se possa fazer também pela parte de trás, pela chamada Rua do Rio Seco.-----

-----Não havendo pedidos de inscrições, foram os presentes pontos da ordem de trabalhos colocados a votação separadamente, tendo o ponto **2. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2015 – sido aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções e 20 (vinte) votos a favor.**-----

-----Seguidamente, foi posto a votação o ponto **3. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão ao Orçamento do ano de 2015 – tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções e 20 (vinte) votos a favor.**-----

-----**4. Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para verificação das Contas Municipais do Ano de 2015;**-----

-----Usando da palavra o senhor Vice-Presidente referiu que a obrigatoriedade de se adjudicarem estes serviços a um auditor externo, resulta da lei. Esta empresa a que no ano passado se fez esta adjudicação, fez um bom trabalho, razão pela qual se pretende adjudicar à mesma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entidade o mesmo tipo de serviços.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Disse que apenas pretendia colocar uma questão que tem a ver com a situação da contratação poder ser apenas por um ano ou por mais de um ano. -----

-----O senhor Vice-Presidente esclareceu que a lei diz que a contratação pode ser por mais de um ano. Quanto à questão que apresentou sobre a reserva, disse que os revisores não fazem qualquer reserva na certificação legal, tratando-se apenas de uma nota.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS)**, interveio para esclarecer que quando se trata do primeiro ano em que os revisores estão a exercer essas funções numa determinada empresa, não podem certificar os saldos iniciais de inventários, porque isso obrigaria à presença física, o que, naturalmente, e dado que não estavam lá em 2013, não poderiam ter feito. -----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a dizer que este ponto da ordem de trabalhos carece de votação para ser autorizada a contratualização desta prestação de serviços, passando a colocar o mesmo a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**5. Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos - Encargos Plurianuais de Garantias Bancárias – prazo 5 anos:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, passou a esclarecer que por exigência das Estradas de Portugal e sempre que as obras interfiram com as estradas nacionais, a empresa exige garantias bancárias para garantir a boa execução das obras. Tendo a Câmara duas obras que confinam com estradas nacionais torna-se necessário a prestação de duas garantias bancárias a favor de EP – Estradas de Portugal, SA, sendo o encargo com as mesmas plurianual, o que obriga a autorização por parte da presente Assembleia Municipal.-----

-----Não havendo intervenções foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. Indicação de Representante para o Conselho da Comunidade do ACES:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a dizer que enviou a todos os grupos municipais o ofício que recebeu da Região de Saúde da Administração do Centro, para se indicar um representante do Município para integrar aquele Conselho.-----

-----Disse depois que chegou à mesa da Assembleia uma proposta subscrita por António José

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Teixeira, líder da bancada do Partido Socialista, a propor como representante para o Conselho da Comunidade do ACES o membro desta Assembleia, António Manuel Ferreira de Almeida (PS).-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a **António Almeida** que disse que até agora tem vindo a ser ele a exercer essas funções, tendo apenas ocorrido durante todo este período uma reunião em 2010, cuja ata lhe chegou em 2012. Agora, por força da alteração da lei em 2013, foi decidido confirmar ou não a atual composição deste Conselho.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD)**, usou também da palavra dizendo que, sendo essa uma área ligada com a saúde, e havendo na sua bancada um membro desta assembleia com formação nessa área, gostaria de propor também como representante do Município no Conselho da Comunidade do ACES, Cristiana Ferreira do Rosário.-----

-----Assim passou a proceder-se à votação por escrutínio secreto dos dois candidatos propostos para representarem o Município no Conselho da Comunidade do ACES: António Manuel Ferreira de Almeida (PS) e Cristiana Ferreira do Rosário (PSD).-----

-----Foi obtida a seguinte votação:-----

-----**Numero de votantes: 28 (vinte e oito)**-----

-----**Votos brancos: 1 (um)**-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS): 16 (dezasseis) votos.**-----

-----**Cristiana Ferreira do Rosário (PSD): 11 (onze) votos.**-----

-----Assim sendo, foi **eleito com dezasseis votos, para representar o Município no Conselho da Comunidade do ACES, António Manuel Ferreira de Almeida (PS)**.-----

-----**7. Autorização para Abertura de Procedimentos Concurrais para efeito de Recrutamento e Seleção de Pessoal tendo em vista o provimento de 26 lugares de assistentes operacionais/educação:**-----

-----Usou da palavra para explicitar a situação a senhora Vereadora da Educação, Anabela Martins, passando a dizer da necessidade de a autarquia proceder ao recrutamento de 26 assistentes operacionais para exercerem funções no Agrupamento de Escolas de Porto de Mós durante o próximo ano letivo de 2015/2016, considerando esses postos de trabalho essenciais para se poderem assegurar atividades fundamentais na vida escolar, nomeadamente assegurar a componente de apoio à família, nas modalidades de serviço de almoço e prolongamento de horário, nos estabelecimentos de educação pré-escolar e serviço de almoço nos estabelecimentos do 1º CEB.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António José Menezes Teixeira (PS)**: perguntou à senhora vereadora para onde eram essas tarefas direcionadas, respondendo ela que as mesmas seriam direcionadas para o pré-escolar e para o 1º ciclo, que são as áreas de atuação da Câmara Municipal.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**8. Regulamento de Alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós**:-----

-----Usou da palavra o senhor Vereador Rui Marto, passando a dizer que houve a necessidade de criação de algumas taxas na referida tabela que não estavam previstas, sendo que algumas decorrem da lei. Disse ainda que tem sido sua preocupação dar instruções aos serviços para que remetam às Juntas de Freguesia e aos membros da Assembleia Municipal estes documentos quando estão em discussão pública, de forma a colherem-se também os contributos que estes hajam por bem enviar.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD)**:-----

-----Usando da palavra disse que existe neste documento um conjunto de taxas que tem alguma dificuldade em perceber, nomeadamente no que se refere às piscinas, fazendo menção à diferença de valores do aluguer de uma pista a uma associação de fora do concelho e a uma associação do concelho. Continuou dizendo que existem outras taxas que não lhe parecem justas. Numa altura em que se precisa de investimento e de pessoas que sejam empreendedoras, tem alguma dificuldade em aceitar taxas sobre a criação de uma eventual estufa. Do seu ponto de vista estas taxas não fazem sentido, quando ainda por cima, como se acabou de ver com a apresentação das contas, a Câmara Municipal tem uma situação financeira sólida.-----

-----Continuou dizendo que se tem dificuldade em entender a razão de ser destas taxas, outras há que tem a mesma dificuldade em entender o valor reduzido que têm, passando a exemplificar com a taxa relacionada com a exposição de veículos por um dia, dizendo não fazer sentido ter uma taxa de 0,95 cêntimos num regulamento municipal, recomendando ao executivo que revise algumas destas taxas procurando dar alguma coerência às mesmas.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD)**:-----

-----Usando da palavra, e no seguimento das palavras do anterior interveniente, referiu-se à taxa relacionada com a exposição de veículos por um dia, dizendo que devia haver um valor mínimo e depois ser aplicada por escalões.-----

-----Relativamente à participação na discussão pública, disse ter sido uma das pessoas que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sugeriu no passado o envio deste material aos membros da Assembleia. Referiu depois que viu no expediente que lhe foi enviado que houve uma sugestão de alteração ao presente regulamento por um munícipe, dizendo discordar da resposta que foi dada a essa sugestão, não pelo conteúdo, mas pela forma como ela foi feita e que é claramente um desincentivo a um cidadão normal de apresentar propostas, ainda que a mesma não venha a ser seja acatada. Trata-se de uma resposta a uma matéria de opção política feita por uma técnica superior jurista, cujo teor é tudo menos jurídico, porque é uma opção política e não devia ser feita naquele tom.-----

-----O senhor Presidente da Câmara esclareceu que a taxa referida pelos anteriores intervenientes, relacionada com a exposição de veículos por um dia, é por dia e por veículo, sendo certo que os expositores não expõem apenas uma viatura em qualquer exposição.-----

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor Vereador Rui Marto dizendo quanto às taxas aplicadas nas piscinas que se faz aqui uma diferenciação positiva relativamente às associações do concelho. Quanto à situação referida das estufas, disse que essa é uma taxa que tem de existir por imposição legal.-----

-----**Júlio Vieira (PSD)** pediu a palavra para dizer que, durante todo o tempo que exerceu funções de vereador, todas as participações e/ou sugestões que foram acolhidas pelo executivo municipal em matéria regulamentar foram aquelas que foram feitas pelo senhor Engº Rui Marto, pelo que tal só se pode dever à sua competência nessa matéria.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o ponto 8 da ordem de trabalhos - **Regulamento de Alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo sido aprovado com **18 (dezoito) votos a favor e 10 (dez) abstenções**.-----

-----**9. Regulamento Municipal de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada:**-----

-----O senhor Vereador Rui Marto passou a explicar as alterações de que foi objeto o presente regulamento.-----

-----Referiu-se ainda às palavras de Júlio Vieira e Luís Monteiro dizendo quanto à reclamação que foi apresentada, que esta o foi já depois da fase de discussão pública, havendo não obstante um compromisso em que, pelo menos na taxa que tem a ver com construção, haja algum ajuste posterior. O senhor Presidente da Câmara também usou da palavra para acrescentar às palavras do senhor Vereador que, para além da competência do Engº Rui Marto, o executivo também reconhece a competência do senhor Engº António José Jesus Ferreira, porque ele apresentou uma proposta, que não tendo sido discutida na última reunião porque não estava agendada, será agendada na próxima reunião e que o executivo tacitamente já aceitou. Reforçou que também se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reconhece a competência dos senhores vereadores da oposição que levantaram essa questão indo essa proposta no sentido de incentivar a recuperação de casas antigas, e salientado que se aceitam as propostas quando elas são válidas.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o ponto 9 da ordem de trabalhos - **Regulamento Municipal de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada** – posto a votação, tendo o mesmo sido aprovado com **18 (dezoito) votos a favor e 10 (dez) abstenções**.-----

-----**10. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do ano de 2014 (artº 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio):**-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer que este ponto deriva da lei sendo obrigatório uma vez que há forças partidárias com assento da Assembleia Municipal que não estão representados no executivo municipal, tratando-se apenas de dar conta a este órgão do Município que foi dado cumprimento à lei.-----

-----**11. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre um ponto incluído no documento distribuído que se chama “contratação administrativa – situação dos contratos”, estando prevista a contratação do deputado António José Menezes Teixeira para coordenador do projeto museológico e consultor técnico científico, perguntando para quando está prevista a concretização desse projeto e quando é que este deputado pode apresentar esse projeto à Assembleia Municipal.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer acerca desta contratação que, no âmbito da requalificação da Central Termoelétrica, a Câmara entendeu que são necessárias equipas multidisciplinares para o projeto Museu. No que diz respeito à obra, o projeto de arquitetura pode ser apresentado, estando quase finalizado. Trata-se de um trabalho que se pretende que esteja rapidamente finalizado pois pode acontecer que de um momento para o outro abram candidaturas para apoiar aquela obra.-----

-----Seguidamente o senhor Vice-Presidente passou a usar da palavra para esclarecer mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pormenorizadamente esta situação atendendo a que é ele que a tem acompanhado mais de perto. Terminou dizendo que quando o projeto estiver numa fase mais avançada é sua intenção fazer uma reunião alargada com os membros da Assembleia de forma a dar conhecimento do mesmo.-----

-----**Júlio Vieira** pediu a palavra dizendo que concorda com as palavras do senhor Vice-Presidente porque considera esta obra importante demais para ser pensada apenas por duas ou três pessoas. Terminou dando os parabéns ao senhor Presidente da Assembleia Municipal pela organização das Comemorações do 25 de Abril. -----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 1. Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e respetiva Avaliação, bem como Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao Ano de 2014; 2. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2015; 3. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão ao Orçamento do ano de 2015; 4. Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para verificação das Contas Municipais do Ano de 2015; 5. Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos - Encargos Plurianuais de Garantias Bancárias – prazo 5 anos; 6. Indicação de Representante para o Conselho da Comunidade do ACES; 7. Autorização para Abertura de Procedimentos Concursais para efeito de Recrutamento e Seleção de Pessoal tendo em vista o provimento de 26 lugares de assistentes operacionais/educação; 8. Regulamento de Alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós; 9. Regulamento Municipal de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada; tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.50 horas do dia 27 de fevereiro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

